



CADERNO DE RESUMOS

Seção 1 – História e Educação

Coordenadores: Alessandra de Azevedo Pereira Borel (UEG) e Hellen Cristina Cândido Teixeira (UEG)

1 Alfabetização em Goiás (2014-2024): Análise das Relações de Poder nas Políticas Educacionais sob uma Perspectiva Decolonial

Alessandra de Azevedo Pereira Borel (UEG)

Resumo: A história da educação apresenta um papel fundamental da alfabetização no processo educativo com relevância direta na formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. A educação sempre foi um tema polêmico e muito debatido, afinal várias são as vertentes e análises existentes sobre a importância da educação, que possui uma função primordial na base social, destacando-se pela complexidade e pelo impacto direto na vida dos indivíduos. No Brasil, entre 2014 a 2024, várias políticas educacionais foram implementadas e algumas estão relacionadas diretamente ao processo de alfabetização refletindo assim, tanto na oferta de uma educação com qualidade, quanto no atendimento das demandas sociais emergentes dos contextos de desigualdades e exclusões. A presente pesquisa se propõe a analisar as relações de poder que são inerentes as políticas educacionais através de um olhar decolonial, procurando investigar a possibilidade de fortalecer o processo de alfabetização e de apresentar propostas de metodologias que possam valorizar a diversidade cultural, ressignificando as práticas educativas de modo que os saberes locais e tradicionais sejam valorizados, resultando assim em processos educativos mais inclusivos e igualitários, voltando o foco da pesquisa para o estado do Goiás. A escolha da perspectiva decolonial surgiu a partir da necessidade de questionar as narrativas hegemônicas que influenciam diretamente a formulação de leis e de programas educacionais, propondo a reflexão crítica sobre as estruturas de poder que determinam o que é considerado conhecimento legítimo e relevante no processo de alfabetização, para que seja possível entender como questões sociais, políticas e econômicas moldam e interferem nas diretrizes e na implementação dessas políticas educacionais. Ademais, a relevância da pesquisa é perceptível levando-se em consideração o cenário crescente de desigualdades educacionais que o Brasil enfrenta, possibilitando a identificação dos desafios enfrentados e propondo alternativas que sejam capazes de oportunizar uma educação mais justa e igualitária. Dessa maneira a pesquisa irá contribuir para o debate sobre o assunto e para a viabilidade de formulação e implementação de políticas educacionais voltadas para a alfabetização que considerem as diversidades e as especificidades culturais que fazem parte da sociedade.



2 Valorização Docente em Caldas Novas: Uma Análise das Políticas e Desafios à Luz da Legislação Brasileira

Hellen Cristina Cândido Teixeira (UEG)

Resumo: O presente estudo tem como foco a valorização dos professores municipais de Caldas Novas, Goiás, a partir das legislações vigentes e suas implicações práticas. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece os princípios fundamentais para a educação no Brasil, entre os quais se destaca a valorização do profissional da educação. Este trabalho examina como esses princípios são aplicados em nível municipal, considerando também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE). O contexto da pesquisa está inserido em uma conjuntura de desafios enfrentados pelos professores municipais, tais como salários defasados, condições inadequadas de trabalho e falta de formação continuada. A problemática central deste estudo é investigar até que ponto as legislações supracitadas têm sido eficazes na promoção da valorização docente em Caldas Novas. O objetivo geral é analisar a aplicação dessas leis e identificar seus impactos na realidade dos professores municipais, buscando compreender as lacunas existentes entre a legislação e a prática. A discussão teórica é fundamentada nos princípios da valorização docente definidos pela CF/88, que incluem a formação, a carreira, o salário e as condições de trabalho. A LDB, por sua vez, reforça a necessidade de políticas de formação continuada e a valorização dos profissionais da educação. O PNE, em suas metas específicas, propõe ações concretas para a valorização docente, como o aumento do piso salarial e a melhoria das condições de trabalho. A metodologia adotada é qualitativa a partir de uma análise documental das legislações pertinentes e dos planos municipais de educação em confronto com a realidade material constatada. Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre a valorização docente, fornecendo conhecimento histórico sobre o processo contínuo de busca por valorização e melhores condições de trabalho dos professores municipais de Caldas Novas.

Palavras-chave: Valorização docente. Legislação educacional. Caldas Novas, Goiás.

3 O conceito de educação em Goiás durante os primeiros anos do Estado Novo: uma análise da Revista Educação e da Revista Educação e Saúde

Kássia Elias Marques (UEG)

Resumo: "O Conceito de Educação em Goiás Durante os Primeiros Anos do Estado Novo: Uma Análise da Revista Educação e da Revista Educação e Saúde" investiga como as políticas educacionais do regime Vargas influenciaram a educação no estado de Goiás, especialmente através das publicações periódicas da época. As revistas "Educação" e "Educação e Saúde" são analisadas como veículos que refletiam e disseminavam as ideologias autoritárias e nacionalistas do governo. A pesquisa explora como essas revistas promoviam um conceito de educação voltado para a formação de cidadãos disciplinados, com ênfase em valores morais e cívicos, alinhados ao projeto de controle social do Estado Novo. Além disso, o estudo examina a integração entre educação e saúde, mostrando como o regime via essas áreas como complementares na formação de uma população saudável e produtiva. A eugenia, também presente nas políticas educacionais da época, é abordada como uma ideologia que influenciou práticas educacionais voltadas para a "higienização" e "melhoria" da sociedade, com foco na criação de uma população considerada biologicamente e socialmente mais apta aos valores do regime. Baseando-se nas experiências de estudiosos como Paulo Freire e Nísia Trindade Lima, o livro explica as mudanças educacionais em Goiás e compreende como as políticas de Vargas buscaram fortalecer a identidade nacional por meio da educação. Ao analisar essas revistas de tempos em tempos, a revista fornece insights muito importantes sobre a prática acadêmica de Goiás durante esse período, destacando as conexões entre política, educação, saúde e eugenia.



4 A reforma previdenciária e os professores: desafios e retrocessos nos direitos adquiridos

Marina Pires Barbosa (UEG)

Resumo: A reforma previdenciária brasileira tem sido um dos temas mais debatidos na última década, destacando-se pela complexidade e pelo impacto direto na vida dos trabalhadores. Este estudo se propõe a analisar as mudanças introduzidas pela reforma, especialmente no que concerne à categoria dos professores, identificando a retirada de direitos adquiridos ao longo dos anos. O contexto da reforma é marcado por um cenário de crise fiscal e a necessidade de ajuste nas contas públicas, justificativas apresentadas pelo governo para implementar alterações significativas no sistema de aposentadorias. A problemática central do estudo reside na análise crítica da ausência de integralidade para aposentadoria, o acréscimo de idade mínima e outras mudanças que impactam diretamente os professores, categoria historicamente fundamental na formação educacional do país, mas desvalorizada em aspectos materiais como salários, aposentadoria e condições de trabalho. O objetivo principal desta pesquisa é discutir a retirada de direitos adquiridos pelos professores, examinando as implicações sociais e econômicas dessas mudanças. Busca-se, ainda, contextualizar as reformas dentro do panorama histórico das políticas previdenciárias no Brasil, explorando como estas alterações afetam a qualidade de vida dos docentes e a valorização da profissão. A abordagem teórica utilizada inclui estudos de base marxista com foco em contrarreformas e trabalho docente. Metodologicamente, este estudo emprega uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental de fontes primárias e secundárias. Serão analisados documentos oficiais, como a Constituição Federal, emendas constitucionais, leis complementares e decretos, além de relatórios de impacto das reformas. Espera-se, como resultado, identificar os principais impactos negativos da reforma previdenciária sobre os professores, ressaltando a perda da integralidade e a elevação da idade mínima como fatores que contribuem para a desvalorização da carreira docente. Além disso, pretende-se evidenciar como a retirada de direitos adquiridos agrava a precarização do trabalho dos professores, podendo afetar a qualidade da educação no Brasil. Este estudo busca, portanto, contribuir para a discussão sobre a necessidade de políticas previdenciárias que reconheçam e valorizem o papel crucial dos professores, promovendo justiça social e equidade no acesso aos benefícios previdenciários.

Palavras-chave: Reforma previdenciária. Direitos adquiridos. Professores. Aposentadoria

5 A Implementação da Lei 10.639/03: Os Desafios e Perspectivas da sua Aplicabilidade na Unidade Escolar (Colégio Estadual Homero Orlando Ribeiro)

Tatiane Borges Oliveira Moura (UEG)

Resumo: O contexto histórico da promulgação da Lei nos apresenta uma linha temporal que mostra os percursos até a conquista do direito em ter a história, contribuição do povo negro, ex-escravizados apresentados como estudo conhecimento da sua arte, cultura, conhecimentos e habilidades que estão inseridas no processo de construção, formação do povo brasileiro. Durante todo o século XX, seja em anos posteriores com destaque em 1978, formação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1984, tivemos pela primeira vez no Estado da Bahia a preocupação de inserir no currículo escolar o estudo e história do povo negro. Nos anos seguintes surgiram vários ativistas negros com a preocupação e questionamento por equidade social em relação ao processo de acesso participação. No início do século XXI, O Brasil enquanto instituição política administrativa apresenta voz através criação da Lei 10.693/2003, em 9 de janeiro de 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano posterior em 23 de janeiro de 2004, foi instituído o ministério de Desenvolvimento social e agrário. A promulgação da lei há exatos 21 anos, deixa um espaço para reflexão debate, quanto o seu alcance o desafio atual concentra em fortalecer a Educação antirracista no território brasileiro, que contemple todos os artigos incisos da lei, que possamos perceber a materialidade dos direitos e uma melhor observação do atingir uma equidade educacional, social aos povos, pessoas que traz na marca da sua história o processo duro das mazelas da escravização.



Seção 2 – História das religiões

Coordenadores: Lucas Santiago Marques (UEG)

1 Teologia da Libertação no Oeste Goiano: considerações a partir do Boletim Comunitário da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Iporá (1980 – 1990)

João Paulo de Paula Silveira (UEG), Andreia Conceição Galvão (UEG)

RESUMO: Essa comunicação se dedica à presença da Teologia da Libertação na região oeste de Goiás, em especial na cidade de Iporá, nas décadas de 1980 e 1990. Para isso, apresentamos algumas considerações sobre o Boletim Comunitário da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Iporá, periódico paroquial idealizado pelo padre neerlandês Gerardus Adrianus van Vliet (1927-2009), conhecido como Padre Wiro, pároco em Iporá entre 1964 e 2009. O boletim, que circulou entre 1974 e 2001, foi particularmente relevante nas décadas de 1980 e 1990, período em que tanto o Brasil quanto toda a América Latina passavam por profundas transformações sociais e políticas. Foi nesse período que setores da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, tornaram-se vozes ativas nas lutas políticas do Brasil durante o processo de redemocratização. O boletim paroquial que analisamos abordava temas como a questão agrária e a participação política da juventude a partir do horizonte ético-religioso da “opção preferencial pelos pobres”, refletindo um compromisso social que ultrapassava as fronteiras religiosas, impactando a vida pública e contribuindo para o fortalecimento da democracia regional. A análise dessas fontes revela como a Igreja em Iporá se inseria em uma realidade religiosa continental ao mesmo tempo em que mobilizava a comunidade para as questões sociais, políticas e econômicas regionais, a partir do ideal de Igreja da Teologia da Libertação.

PALAVRAS-CHAVE: Teologia da Libertação; Oeste Goiano; Iporá.

2 Um olhar histórico sobre a procissão fluvial em louvor a Nossa Senhora Das Graças em Itumbiara/GO

Cristiene da Silva (UEG)

Resumo: Com o presente trabalho pretendemos abordar a performance ritualística dos fiéis católicos que participam da Procissão Fluvial em louvor a Nossa Senhora das Graças em Itumbiara – GO. Como prática festiva, possui dimensões das tradições herdadas da cultura portuguesa, dentre elas, o próprio culto à santa. Para tanto, partiremos da abordagem ritualísticas dentro da tradição ocidental dos autores Mircea Eliade e Severino Croatto, apresentando o conceito de ritos, religião e símbolo dentro do contexto da festa. Preocupamo-nos em apresentar uma reflexão teórica sobre os estudos baseados nos autores Wouter J. Hanegraaff e Sérgio da Mata, compreendendo a “Festa de Nossa Senhora das Graças” como é um fenômeno religioso. Trata-se de análise histórica sobre a religiosidade popular dentro do contexto de Itumbiara e seus desafios interpretativos no campo das religiões. Para tanto analisaremos se a teoria da secularização de Peter Burger poder ser aplicada no contexto histórico atual.

Palavras-chave: Rito; religião; cultura; fenômeno religioso.



3 O conceito de paz na Idade Média por meio da mediação da Igreja Católica

Gabriel Da Silva Frasnelli (UEG)

Resumo: *A Paz Dei* e *A Trégua Dei* (900-1050) foram concílios medievais que regiram de forma religiosa e política ao longo de quase um século. Trata-se de uma condução que dirigiu a Europa contra a “Anarquia Feudal”, regido pelos bispos de determinadas regiões, em especial, o bispo da Aquitânia. *A Paz Dei* (Paz de Deus) foi sancionada em 989 pelo Concílio de Charroux, estipulando a excomunhão a quem roubasse ou molestasse de clérigos ou pobres, enquanto a *Trégua Dei* (Trégua de Deus), em 1027 foi estimulada pelo Concílio de Toulouges, com o intuito de limitar a batalhas em dias santos ou litúrgicos, sendo levada a adiante em limitações específicas. Esses movimentos ilustram como a Igreja conciliava sua missão espiritual com a mediação política. Ao impor princípios éticos às relações de poder, a instituição consolidou-se como reguladora da sociedade, atuando como promotora de estabilidade em meio à fragmentação feudal. Os concílios liderados por bispos, como o da Aquitânia, exemplificam a aliança entre líderes religiosos e políticos para restabelecer a ordem. Face a isso, na presente comunicação intento analisar o conceito de paz/política pela Igreja Católica nos séculos X e XII da Idade Média, por meio dos documentos acima referidos.

4 A sociedade São Vicente De Paula como manifestação da religião urbana

Lucas Santiago Marques (UEG)

Resumo: A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), fundada em 1833, é uma organização leiga católica que integra caridade e evangelização, destacando-se como expressão da religião urbana. Atuando em contextos marcados por desigualdades, oferece suporte material e espiritual às populações vulneráveis, promovendo justiça e coesão social. Com base em uma pesquisa qualitativa, destacou-se sua adaptação às mudanças sociais e econômicas, preservando valores cristãos. No Brasil, a SSVP colabora com o poder público, movimentos sociais e ONGs em iniciativas como distribuição de alimentos, inclusão social e capacitação, além de fomentar o diálogo entre Igreja, Estado e sociedade. A pesquisa concluiu que a SSVP transcende a assistência imediata, influenciando positivamente a vida social, cultural e religiosa urbana, reforçando seu papel como agente de transformação social e justiça.

5 "Espiritualidade Xavante: Resistência e Identidade Cultural em Face da Marcha para o Oeste "em Nova Xavantina-MT (1937 a 2008)

Rosa Marineide Mendes da Cruz (UEG)

Resumo: O minicurso "Espiritualidade Xavante: Resistência Cultural e Renovação Religiosa" explora como a espiritualidade Xavante serve como resistência cultural e adaptação, especialmente diante da ocupação territorial com a Marcha para o Oeste. Dividido em quatro módulos de três horas, aborda a preservação de práticas espirituais frente a influências externas, baseando-se em conceitos da UNESCO (2003) e Canclini (2000) sobre patrimônio cultural imaterial.

Palavras-chave: Xavante. Espiritualidade indígena. Resistência cultural. Identidade.



6 O “Éden As Avestas”: A Utopia de Cocanha à luz de Eric Voegelin e Hilário Franco Junior

Gabriel Alves de Oliveira Rodrigues (UEG)

Resumo: O trabalho apresentado tem como principal finalidade introduzir os conceitos histórico-filosóficos, necessários para compreendermos a possível relação entre o utopismo de Cocanha e os misticismos heréticos do medievo. O cerne de nossa teoria está na hipótese que o poema de Cocanha seja inspirada no Éden Bíblico, dentro de uma releitura imaginativa anticristã, distanciando o seu conteúdo do relato original, em favor de uma espiritualidade hedonista. Durante a escrita nós apoiamos nas teses dos historiadores Eric Voegelin e Hilário Franco Junior. Em sua completude, o método historiográfico do primeiro consiste no estudo das experiências simbólicas, na busca teleológica do homem por uma Ordem histórica, através da sua participação no centro da realidade, a *metaxy*. No decorrer de sua vida, Voegelin utiliza-se de uma escrita interdisciplinar, estabelecendo diálogos com a filosofia, a história, a teologia e a antropologia. Já nosso segundo autor, se distancia da semiótica, tendo suas análises voltadas às utopias medievais dos séculos XII e XIII, distintas das modernas por seu arcabouço teórico popular e panteísta. Segundo Franco Junior a verdadeira história é aquela que considera o homem na sua complexidade e totalidade. Em outras palavras ela encontra-se na articulação entre a realidade vivida externamente e a realidade vivida oniricamente. Na leitura notará o teor filosófico de nossas concepções, já que estamos estudando o percurso de diferentes símbolos e cosmovisões, indo das suas origens até as suas reinterpretações na Alta Idade Média.

Palavras-chaves: Cocanha; Utopia; Símbolo; Idade Média.



Seção 3 – História, direito e política

Coordenadores: Luciana de Souza Ramos (UEG)

1 Laicidade à brasileira: A semântica da laicidade no Brasil à luz do ordenamento jurídico e de julgados dos tribunais

Luiza de Oliveira e Silva Carneiro (UEG)

Resumo: O presente trabalho tem como objeto a análise de julgados dos tribunais à luz da Constituição Federal de 1988, que assegura a separação entre o Estado e as instituições religiosas. Como os tribunais tem se posicionado em diversos casos frente a colisão de dois ou mais direitos fundamentais, a exemplo do julgado da ADPF 442 (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) é necessário utilizar-se da proporcionalidade no caso concreto para a escolha do direito fundamental que naquela circunstância será priorizado, a exemplo, no julgado do ADPF 442 a análise é feita sob a ótica de dois princípios como o direito à vida, garantido pela Constituição Federal, previsto em seu artigo 5º, bem como a liberdade religiosa, também expressa no texto da Carta Magna em seu artigo 5º. Ainda sob a ótica da Constituição Federal, o princípio do Estado laico de direito, embora não esteja expresso no texto constitucional, está inteiramente ligado a outros princípios e direitos fundamentais previstos de forma expressa. Isso significa dizer que o Estado brasileiro é neutro em relação a crenças religiosas e não deve favorecer, promover ou discriminar qualquer religião. Diante disso, o estudo do presente trabalho tem como principal objetivo a análise do posicionamento dos tribunais quanto a razoabilidade e proporcionalidade para a decisão do que melhor se aplica ao caso concreto em exame quando existem choques de direitos fundamentais previstos na Constituição.

2 Fascismo e igreja evangélica: uma análise da instrumentalização da moral conservadora como mecanismo de controle social

Valdir Alves de Moura Júnior (UEG)

Resumo: A ascensão de movimentos fascistas contemporâneos revelou uma confluência com pautas religiosas conservadoras, especialmente em contextos onde a Igreja Evangélica possui forte influência política e social. Historicamente, os regimes autoritários têm a validade da religião como ferramenta de legitimação, utilizando a moralidade religiosa para estabelecer práticas de controle social, repressão de minorias e homogeneização ideológica. Nesse sentido, nossa discussão investigará como o fascismo, ao instrumentalizar pautas morais conservadoras difundidas por grupos evangélicos, fortalece o controle social e aprofunda o autoritarismo. A **questão norteadora** da pesquisa é: como o fascismo se apropria das pautas da Igreja Evangélica para consolidar práticas de controle social e homogeneização ideológica? O **objetivo geral** do estudo é analisar a relação entre o fascismo e a Igreja Evangélica, com foco na utilização de valores morais como ferramenta de controle e repressão de movimentos progressistas e minoritários. Com relação ao aporte teórico, nosso estudo adota as discussões sobre Fascismo propostas por Evgeni Pachukanis, destacando como o fascismo utiliza a ideologia religiosa para perpetuar o capitalismo em contextos de crise. Serão utilizadas fontes primárias, como discursos de líderes religiosos e políticos que promovem pautas nacionalistas e conservadoras, além de documentos oficiais e declarações de movimentos evangélicos no Brasil. Como resultados da ampliação deste estudo, demonstrar-se-á a instrumentalização da religião como um mecanismo que, ao exaltar a moralidade conservadora, contribui para a neutralização da resistência e consolidação de uma ordem autoritária, fomentando as discussões sobre a relação entre ideologia, controle social e religião em regimes fascistas.

Palavras-chave: Fascismo. Controle social. Igreja Evangélica. Moralidade conservadora.



3 Criminalização e gênero em Goiás no início do século XX: análise sobre o processo de condenação criminal de Benedicta Cypriano Gomes - Santa Dica

Luciana de Souza Ramos (UEG), Marcus Paulo Soares Pereira (UEG)

RESUMO: Benedicta Cypriano Gomes “Santa Dica”, a partir dos milagres ocorridos em sua vida, despertou a esperança de uma legião de fiéis que formaram um povoado ao redor de sua casa, onde o uso comum do solo, a abolição do uso genérico do dinheiro e a distribuição de terras de forma igualitária despertou a atenção do Governo de Goiás, incomodando os coronéis da região, que não queriam ver ali a reprodução de Canudos. Para coibir a expansão do Movimento Messiânico de Dica, em 1925 ela foi presa, acusada e processada (processo criminal que respondeu de outubro de 1925 a março de 1926) pelos crimes dos arts. 157, § 1º e 277 Código Penal de 1890. Como uma mulher, líder regional e religiosa Santa Dica vivenciou a processo penal de forma distinta (desigual e mediante violências de gênero) dos demais indiciados e processados. Desta forma, a presente pesquisa tem o seguinte problema: O processo criminal contra Benedicta Cypriano Gomes “Santa Dica” foi legalmente conduzido, de acordo com as normas penais e processuais penais da época? Quais as desigualdades de gênero são observadas, direta ou indiretamente, durante o processo criminal? Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é: analisar o processo criminal de Benedicta Cypriano Gomes “Santa Dica” para compreender se este foi conduzido de acordo com as normas penais e processuais da época e se houve desigualdades de gênero que influenciaram o processo. Os objetivos específicos são: analisar as normas penais e processuais penais da época; analisar o processo criminal, analisar o processo criminal e identificar as principais falhas e desigualdades de gênero durante todo o processo crime. Metodologicamente, a pesquisa está sendo realizada a partir de documentos, por meio da análise do processo criminal contra Santa Dica, bem como por meio da análise das normas da época, jurisprudências e doutrinas. Partindo de uma pesquisa exploratória dos documentos constatou-se que há indícios de criminalização, com base no gênero, de Santa Dica, como o não registro pela autoridade policial da denúncia, feita por ela, de um estupro vivido. O resultado esperado pela pesquisa é aprofundar a influência do sistema patriarcal-machista da virada do século XX no destino criminal de Santa Dica, bem como nas desigualdades jurídicas e de defesa dela.

PALAVRAS CHAVES: Santa Dica. Processo criminal. Criminologia e gênero. Benedicta Cypriano Gomes.

4 A permanência de estereótipos sobre a mulher divorciada e das famílias contrárias ao divórcio em Goiás (1977-2007)

Maria Helena de Oliveira (UEG)

Resumo: Entre os anos 1977 e 2007, o Brasil passou por importantes mudanças sociais e legais, com a aprovação da Lei do divórcio. No entanto, apesar desses avanços, os estereótipos e preconceitos contra as mulheres divorciadas ainda persistem. Os estereótipos são reforçados por diversos fatores como, culturais, sociais, econômicos e religiosos que defendem a manutenção do casamento universal até que a “morte os separe”. A pesquisa busca analisar os estereótipos e preconceitos existentes no Estado de Goiás, especialmente em Morrinhos durante esse período, buscando compreender como as mulheres divorciadas e às famílias contrárias ao divórcio foram afetadas por essas representações sociais. A superação desses estereótipos requer uma mudança cultural profunda, que envolva a participação ativa de todos os setores da sociedade. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa." É necessário promover políticas públicas e educação para combater esses estereótipos e garantir direitos iguais para todas as mulheres, independentemente de seu estado civil. Além disso, é essencial reconhecer a diversidade familiar e respeitar as escolhas individuais.



5 Silenciamentos, ausências e memória da história negra na diáspora: reflexões críticas a partir das ausências históricas da população negra em Morrinhos-GO da teoria da história

Luciana de Souza Ramos (UEG)

RESUMO: “A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas. Tanto o negro como o índio, quanto os povos que viveram aqui, juntamente com o branco, não tem a sua história escrita ainda. E isso é um problema muito sério, porque a gente frequenta a Universidade, frequenta a escola e não se tem uma visão correta do passado da gente, do passado do negro. Então ela não foi somente omissa, ela foi mais terrível ainda porque na parte em que ela não foi omissa ela negligência fatos importantes e deforma muito a história do negro, tratando basicamente da escravidão e deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil (...)” (Beatriz NASCIMENTO, 1977). A História, enquanto ciência, enquanto ações do ser humano ao longo do tempo vem sendo edificada por memórias, documentos e narrativas a partir de um determinado grupo de pessoas, que viam (veem) a História (ciência) como instrumento único de materialização da sua narrativa histórica, utilizando-se de métodos e análises, não só situadas no tempo, mas principalmente no espaço – ou seja, uma escrita branca, mais que a cor da pele, designa essa localização espacial, temporal e epistêmica durante o período colonial, mãos com poder político, econômico e epistêmico de escolher os fatos, documentos e demais elementos para a construção da narrativa histórica. A construção da narrativa histórica negra no Brasil está centrada, portanto, na história da escravidão e não na agência dos africanos escravizados para construção das estruturas do Estado nação que se erguia. Os silenciamentos e as escolhas colonialistas da narrativa histórica brasileira tem deixado à margem a contribuição sociopolítica da população negra, especialmente aqui, desta população em Morrinhos/GO. Assim, a pergunta central do presente trabalho é: em que medida a construção epistemológica da ciência da história e suas categorias contribui (ou não) para os silenciamentos, ausências da agência negra na constituição sociopolítica, conseqüentemente, na reprodução do racismo em Morrinhos-GO? O presente trabalho tem como objetivo geral analisar em que medida a ciência da História contribui ou não a reprodução do racismo em Morrinhos/GO. Para tanto, metodologicamente será feito levantamento bibliográfico e teórico, a partir das leituras de Jorn Husen, Jacques Le Goff, Saidiya Hartman, Beatriz Nascimento, Reinhard Koselleck, dentre outros, bem como levantamento de documentos, realização de entrevistas e incursões de campo para construção de narrativas negras, por meio da história oral, a partir do projeto de extensão “Direito à memória e à verdade sobre a escravização negra: direito e relações raciais em Morrinhos e região sul”.

PALAVRAS-CHAVE: História negra. Memória. Silenciamentos históricos. Teoria da História.



Seção 4 – História, representações e literaturas

Coordenadores: Maria Gabrielly Silva de Oliveira (UEG) e Edson Wilson Mendes de Almeida (UEG)

1 A relação entre a história e a literatura: perspectiva teórica

Maria Gabrielly Silva de Oliveira (UEG)

RESUMO: Nesta pesquisa buscamos estabelecer a relação entre a História e a Literatura levando em consideração os princípios teóricos que respaldam os estudos históricos e, consequentemente, legitimam o seu caráter científico. Para tanto, um estudo pautado no processo de seleção comum aos historiadores e aos literatos será levado em consideração, pontuando como a Teoria da História enxerga esse processo e os possíveis deslocamentos para uma observação das escolhas do escritor. A base dessa análise será pautada nos autores Jacques Le Goff (2003), Edward Hallet Carr (1978). No mais, esse processo de escolhas também pode vir acompanhado da compreensão das sensibilidades do autor, conceito este que é discutido por Sandra Pesavento (2003). Dessa maneira, é possível uma compreensão de como os historiadores realizam suas escolhas no processo científico e as similaridades dos escritores que fazem seleções sensíveis em suas realidades.

Palavras-chave: Literatura. Teoria. Sensibilidade.

2 O conceito de amor cortês em André Capelão e suas implicações sociais no Ocidente medieval do século XII

Moisés Borges da Silva (UEG)

Resumo: O conceito de amor cortês em André Capelão e suas implicações sociais no Ocidente medieval do século XII está presente em sua obra O tratado do amor cortês, escrita entre os anos 1185 a 1189, provavelmente na região que hoje se encontra a Hungria. Essa obra é um tipo de manual acerca do amor cortês, e das formas sociais dos amantes. O autor escreve para o seu amigo, conhecido como Gautier, e ao longo desse seu manual, ele falando sobre as regras do amor, também é descrito vários diálogos de pessoas de classes sociais das mais variados, camponeses, nobres, da alta nobreza. Sempre com o objeto da conquista, daquilo que o autor chama de Corte do Amor. As implicações sociais contidas nessa obra, se refere as formas como André Capelão restringe o amor cortês. Ele fala sobre as representações das mulheres, uma dualidade representativa ao longo da sua obra. E também de pessoas em que o amor cortês não seria alcançado. São essas as nossas propostas para a discussão nessa comunicação.



3 Características medievais presentes na obra Vinland Saga

Ryan Venícius de Jesus (UEG)

Resumo: O trabalho aborda as características medievais presentes na obra *Vinland Saga*, de Makoto Yukimura, explorando como elementos históricos do período medieval europeu são retratados no mangá. A narrativa, ambientada por volta do ano 1000, mescla ficção e eventos reais, como as conquistas vikings e a cristianização da Escandinávia. O estudo destaca a fidelidade da obra ao descrever moradias, armamentos, embarcações e práticas culturais, evidenciando sua base histórica. Além disso, analisa personagens como Thorfinn, inspirado no explorador Thorfinn Karlsefni, e suas relações com figuras reais como Leif Erikson e Canuto, o Grande. A pesquisa reflete como a obra, apesar de ser um produto cultural nipônico, contribui para o entendimento do período medieval ocidental.

4 Atargatis e a Identidade Síria: Uma Leitura da Dea Síria do Pseudo-Luciano

Thyago Sousa Costa (UEG)

Resumo: Nesta apresentação, analisarei a representação da deusa síria Atargatis, também conhecida como Dea Syria, na obra **A Deusa Síria**, atribuída ao pseudo-Luciano. Nosso objetivo é examinar como o texto descreve Atargatis e suas práticas religiosas, refletindo a memória e a identidade cultural síria no contexto do Império Romano. Atargatis é apresentada como a deusa da fertilidade, das águas e da maternidade, venerada em Hierápolis, onde seu templo centralizava a vida religiosa da região. Embora a obra seja frequentemente associada a Luciano de Samósata, é provável que tenha sido redigida por um autor helenizado no século II d.C., que, à semelhança de Heródoto, observa e narra os ritos e costumes sírios. Nossa apresentação abordará as práticas culturais e religiosas vinculadas a Atargatis, analisando os símbolos presentes no templo e como esses elementos estão associados à identidade síria sob a perspectiva desse narrador. A metodologia deste estudo envolve uma análise textual e histórica, buscando contribuir para a compreensão das complexas interações entre religião, cultura e poder no mundo antigo. Com esta análise, esperamos fomentar um debate sobre a relevância da obra **A Deusa Síria** para os estudos das religiões antigas, ao mostrar como a figura de Atargatis e suas descrições literárias colaboram para a construção da memória religiosa e cultural da Síria no contexto romano, sob uma perspectiva helenizada.



5 A Lei e a Paz do Espírito que anda aos Domingos:

Edson Wilson Mendes de Almeida (UEG)

Resumo: Sendo um fruto da estrutura capitalista do entretenimento, as histórias em quadrinhos, são uma narrativa gráfica com a finalidade inicial de entreter seus leitores de forma leve, cômica, o que não impede de algumas obras oferecem uma narrativa questionadora e crítica da sociedade. As histórias em quadrinhos nos Estados Unidos da América começaram aparecer nos jornais por volta do final do século XIX. As *comics strips* (tiras cômicas) tinham uma média de três ou quatro quadros para contar sua narrativa. Os personagens aventureiros desbravavam os quatro cantos do mundo, levando a justiça aqueles que não tinham mais com quem contar. Estes homens destemidos enfrentavam o mal de frente, onde ele estivesse, terra, céu, mar, outros mundos ou outras eras temporais. Em 17 de fevereiro de 1936, Lee Falk e Ray Moore lançaram *The Phantom* (no Brasil, O Fantasma), também conhecido como “O Espírito que Anda”, pela King Features Syndicate, nas páginas de inúmeros jornais estadunidenses, lançado semanalmente, somente em maio de 1939, edições nos suplementos dominicais. O Fantasma era diferente dos aventureiros lançados naquele período, vinha com um uniforme roxo colocado que lhe cobria quase todo o corpo, inicialmente usava luvas pretas que foi abandonada com o tempo, uma máscara sobre os olhos, estes, brancos, enfrentando piratas e outros bandidos em um continente africano ficcional.

Palavras-chaves: Quadrinhos. Cultura midiática. Fantasma. África

6 O Rei Huno e a Sétima Arte: A Influência do Cinema na Percepção de Atila

Ana Gabriella Alves Ferreira (UEG), Guilherme Lopes Marques (UEG)

Resumo: Este artigo analisa o filme "Atila, o Huno" (2000), que aborda a vida de Atila em meio às migrações dos hunos para a Europa, a crise do Império Romano e os confrontos culturais e militares entre romanos, as tribos germânicas e os hunos. Com base nisso, discute as representações históricas presentes no filme, analisando a caracterização dos personagens, as questões militares e as distorções narrativas em relação aos fatos históricos. Além disso, reflete sobre como o cinema utiliza essas adaptações para construir narrativas atrativas e populares, contribuindo para a percepção do público acerca de figuras e eventos históricos.



Seção 5 - História urbana e ambiental

Coordenadores: Francisca Vilandia de Alencar (UFG)

1 Cidade para quem? A luta pela regularização fundiária do bairro Morro da Saudade I, em Morrinhos-GO

Luís Fernando de Oliveira (UEG)

RESUMO: A pesquisa analisa o processo de regularização fundiária do bairro Morro da Saudade I, em Morrinhos-GO, território de pretos e trabalhadores, originado no período da abolição da escravidão e consolidação da Primeira República. O estudo tem como objetivo compreender os impactos e desafios da consecução do direito à moradia, em consonância com integração social, segurança jurídica, ordenação territorial, e melhoria da qualidade de vida dos moradores, sobretudo por meio dos processos administrativos e judiciais voltados à regularização fundiária. Para tanto, utiliza-se o direito à cidade, de Henri Lefebvre, como referencial teórico. Metodologicamente, adota-se, de maneira combinada, os métodos histórico e dedutivo, em abordagem qualitativa, combinando pesquisa documental, revisão bibliográfica e entrevistas com moradores do bairro, aliando oralidade e documentação como técnicas de análise. Os objetivos específicos incluem: investigar a formação histórica do município e do bairro, identificando as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldaram seu planejamento urbano; analisar a legislação brasileira de regularização fundiária, com ênfase em dispositivos legais, políticas públicas e procedimentos administrativos aplicáveis; avaliar os impactos sociais e urbanísticos do processo de regularização fundiária; e mapear iniciativas de regularização fundiária do Morro da Saudade I, em Morrinhos, com atenção aos desafios enfrentados e aos resultados alcançados. Espera-se que os resultados contribuam para o entendimento do processo histórico de ocupação do território do Morro da Saudade I, assim como da luta pelo direito à cidade por seus moradores.

PALAVRAS-CHAVES: Direito à Cidade. Direito à Moradia; Planejamento Urbano; Ocupação urbana; Luta por direitos.



2 As queimadas no cerrado goiano entre 2018 e 2024 e a sua relação com as políticas ambientais

Marina Pires Barbosa (UEG), Giovana Alves Gomes (UEG), Thiago Henrique Costa Silva (UEG)

RESUMO: O Cerrado brasileiro, reconhecido como o segundo maior bioma do país em extensão, ocupando 22% do território nacional, possui rica biodiversidade e desempenha um papel essencial para a manutenção dos ecossistemas. Goiás, localizado no centro desse bioma, destaca-se como uma das áreas mais impactadas pelas queimadas no Brasil. Historicamente, o uso do fogo no estado tem sido justificado por fatores econômicos, como a abertura de áreas para agricultura e pecuária, e culturais, relacionados à tradição e falta de informações sobre métodos sustentáveis. No entanto, tais práticas frequentemente resultam em graves danos ambientais, comprometendo a biodiversidade, o equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, as territorialidades dos povos cerradeiros. Nesse contexto, este estudo tem como problemática central a análise da relação entre as políticas ambientais de Goiás e a dinâmica das queimadas no Cerrado no período de 2018 a 2024, durante o governo de Ronaldo Caiado. O objetivo central é verificar se essas políticas contribuíram para a redução ou o aumento dos focos de incêndio no bioma. Para isso, investigam-se características históricas, humanas e ambientais das queimadas, as normativas de prevenção e combate a incêndios e os impactos dessas medidas no cenário ambiental goiano. A pesquisa, de abordagem qualitativa e método dedutivo, baseia-se em análise documental e revisão bibliográfica, com enfoque na legislação estadual, relatórios técnicos e políticas públicas. Espera-se identificar os principais impactos das queimadas e avaliar a eficácia das políticas ambientais na proteção do Cerrado, contribuindo para discussões sobre a sustentabilidade e a justiça ambiental.

PALAVRAS-CHAVES: Justiça ambiental; Incêndios Florestais; Políticas ambientais; Meio Ambiente; Território goiano.

3 Perspectivas Sobre o Capitalismo Dependente: uma breve discussão a partir de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira

Francisca Vilandia de Alencar (UFG)

RESUMO: Este estudo parte da seguinte questão norteadora: Quais são as perspectivas de Florestan Fernandes, em “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” (2009), e de Francisco de Oliveira, em “Crítica à Razão Dualista: O Ornitórrinco” (2015), sobre o capitalismo dependente, e como essas visões contribuem para uma leitura crítica do capitalismo contemporâneo? O objetivo principal é discutir as análises dos autores sobre o capitalismo dependente e avaliar sua relevância para a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais atuais. A partir de uma revisão crítica de suas obras, são identificadas convergências e divergências nas abordagens de Fernandes e Oliveira, com foco em suas contribuições para uma leitura crítica do capitalismo vigente. A análise permite destacar os limites do desenvolvimento capitalista nos países dependentes e suas implicações para a luta de classes. A justificativa para o estudo é a persistência das desigualdades econômicas e políticas que afetam a América Latina, o que mantém as reflexões desses autores pertinentes. Este estudo que é de caráter qualitativo e baseado em revisão bibliográfica, revela que, apesar dos diferentes contextos históricos, as ideias de Fernandes e Oliveira permanecem fundamentais para compreender as dinâmicas de dependência e subordinação que caracterizam os países latino-americanos. Conclui-se que ambos oferecem análises importantes para interpretar os desafios enfrentados pelas economias periféricas no cenário capitalista global atual.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. América Latina. Florestan Fernandes. Francisco de Oliveira. Dependência econômica.



4 O Campo Moçambicano e Conflitos Territoriais na Delimitação das Terras Comunitárias (1997-2024)

Carlitos Romão Tomé (UEG)

RESUMO: Em Moçambique, a terra é propriedade do Estado, o que proíbe a sua venda, alienação ou hipoteca. De acordo com a Lei de terras, existem três formas de acesso, uso e posse da terra: o acesso convencional, costumeiro e por boa-fé. Na prática, enquanto o Estado administra a terra por meio de um processo formal que culmina com o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), as comunidades se organizam conforme os valores culturais e sistemas consuetudinários no acesso e posse da mesma. No ordenamento territorial, registram-se disputas territoriais e conflitos de terra entre aqueles que ocuparam anteriormente a terra e os projetos de modernização que implicaram na remoção dos camponeses. Nesse contexto, intensifica-se um mercado de terras tanto em contextos rurais e urbanos, uma prática à margem da lei, e, portanto, um fenômeno associado à pressão dos processos de expansão e modernização do campo desde a independência. Assim, como pergunta de partida, espera-se compreender: como se deu o processo histórico do campesinato moçambicano e as lutas de resistências com o avanço do capitalismo e do neoliberalismo, e como esse processo está associado com a venda de terras comunitárias? Em termos metodológicos, a pesquisa desenvolve-se por meio de uma abordagem qualitativa orientada pelo método dedutivo, tendo como base a pesquisa bibliográfica e documental. A análise orienta-se na perspectiva teórica de Edward P. Thompson, em sua Obra “Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional”. Espera-se contribuir para a compreensão do campesinato moçambicano e sua relação com o avanço do capitalismo no campo após o fim da República Popular em 1990, procurando identificar e dar visibilidade as lutas camponesas, com vista a promover uma gestão territorial democrática e plural.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidades Camponesas. Conflitos de Terra. Disputas pela Terra. Urbanização.



5 Os desafios da sustentabilidade dos pequenos produtores com a expansão da agroindústria da cana-de-açúcar em Itumbiara – GO (2006-2017)

Mírian de Oliveira Valério Bartasson (UEG)

Resumo: A modernização do campo nas décadas de 1970 e 1980 impulsionou a produtividade agrícola em diversas regiões do Brasil, especialmente no setor sucroalcooleiro. A agroindústria da cana-de-açúcar tem crescido de forma significativa nas últimas décadas, trazendo consigo uma série de impactos econômicos, sociais e ambientais. Itumbiara, no estado de Goiás, destaca-se como um dos principais produtores de cana-de-açúcar, e essa expansão gerou uma série de transformações no campo. A escolha deste tema é relevante tanto acadêmica quanto socialmente. Do ponto de vista acadêmico, a expansão da cana é um tema interdisciplinar, que envolve aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos. A pesquisa oferece a oportunidade de preencher lacunas na historiografia local e regional ao analisar os impactos da expansão do agronegócio em pequenos produtores familiares. Socialmente, o estudo aborda questões de justiça social, já que a monocultura da cana-de-açúcar, em muitos casos, tem levado à marginalização dos pequenos produtores. Esse sistema agrícola tende a concentrar terras e recursos nas mãos de grandes indústrias, o que pode agravar as desigualdades sociais e econômicas. O objetivo da pesquisa é investigar os desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais de Itumbiara, Goiás, diante da expansão da agroindústria de cana-de-açúcar entre 2006 e 2017. Focaliza-se nas relações de poder que determinam o acesso a recursos e a sustentabilidade desses produtores, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Com base em uma abordagem quali-quantitativa descritiva, o estudo utilizará fontes bibliográficas, censos agrícolas, plataformas geoespaciais, relatórios da CONAB e questionários e entrevistas com agricultores familiares para analisar o impacto da modernização agrícola e da monocultura da cana na sustentabilidade dos pequenos agricultores.

Palavras Chaves: Agricultura familiar, sustentabilidade, agroindústria

6 Os desclassificados e a loucura no século XIX: uma análise da tríade impositiva da loucura frente ao indivíduo – médicos, religião e estado

Marcelo De Oliveira Marques (UEG)

Resumo: Este projeto fará um recorte histórico, no século XIX, na história da loucura frente ao indivíduo brasileiro, a qual era predeterminada pelo estado. Nessa vertente, semanticamente, o termo loucura é um termo utilizado para descrever um estado mental anormal ou desequilibrado, caracterizado por uma perda de contato com a realidade e um comportamento irracional. Ademais, hodiernamente, a noção de loucura está relacionada com um desequilíbrio mental que se manifesta numa percepção distorcida da realidade, na perda de autocontrole, em alucinações e em comportamentos absurdos ou que não se justificam. E após a década de 1970, o termo *loucura* foi banido de toda área da medicina, sendo substituído pelo vocábulo *transtorno*.



Seção 6 - História e movimentos sociais

Coordenadores: Marcivon Martins da Cunha (UEG)

1 O movimento estudantil durante a ditadura militar brasileira nas páginas do Jornal do Brasil

Ivo Dantas Silva (UEG), Marcus Vinícius Costa da Conceição (UEG)

Resumo: Durante o período da ditadura militar no Brasil, a mídia desempenhou um papel central na construção das narrativas sobre os movimentos sociais, especialmente o movimento estudantil. Este trabalho investiga como o Jornal do Brasil retratou as manifestações estudantis entre março e maio de 1968, com o objetivo de compreender a forma como o movimento foi apresentado ao público e os impactos dessa cobertura na opinião pública. A pesquisa se baseou em uma análise qualitativa das reportagens publicadas nesse período, destacando as diferentes abordagens sobre as reivindicações dos estudantes, suas ações e a reação do governo. Nesse estudo revela-se que, embora algumas matérias mencionassem as reivindicações legítimas dos estudantes, a maioria os associava a comportamentos subversivos e violentos, frequentemente ligados ao comunismo e à ameaça à ordem pública. Essa construção midiática teve implicações significativas, pois ajudou a reforçar a imagem de um movimento radicalizado e, por conseguinte, justificou a repressão violenta do regime, legitimando a repressão e o endurecimento das políticas de controle social. A mídia, ao adotar uma postura muitas vezes objetiva e imparcial, contribuiu para consolidar a narrativa oficial, limitando a diversidade de vozes e deslegitimando as críticas ao governo militar.

2 Movimento negro e a lei 10.639/2003

Marcivon Martins da Cunha (UEG)

Resumo: Este trabalho discute a importância do Movimento Negro brasileiro na luta pela inserção no currículo escolar da história e cultura da população afro-brasileira e da África. O objetivo é entender as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, sua historicidade e porque a lei, depois de 20 anos de sua implantação, ainda não foi implementada em todas as escolas brasileiras. Partimos do pressuposto de que o sistema educacional brasileiro, historicamente estruturado sob uma ótica eurocêntrica e etnocêntrica, contribui para a perpetuação de uma educação enraizada em valores do Norte Global e uma marginalização da história, cultura e episteme do Sul Global. Desta forma, este trabalho contribui para o debate sobre a luta do Movimento Negro na conquista de direitos, em especial na educação, e a busca de valorização de sua história e cultura, ou seja, por uma educação antirracista e plural. A metodologia a ser utilizada será a análise documental e revisão da literatura de vários autores que trabalham a temática em tela, tais como: Nilma Lino Gomes, Stuart Hall, Bárbara Carine Soares Pinheiro, Chimamanda Ngozi Adichie, Cida Bento, Djamila Ribeiro, Neusa Santos Sauza, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos entre outros, como base teórica.

Palavras-chave: Movimento Negro. Relações étnico-raciais. Lei 10.639/2003. Educação Antirracista.



3 Da caridade à assistência social: a transformação das relações entre Igreja Católica e Estado

Relna Fagundes Fernandes (UEG)

Resumo: A relação entre a Igreja Católica, a caridade, o Estado e a assistência social é um tema de grande relevância para o estudo das políticas públicas e das ações sociais ao longo da história. Este trabalho tem como objetivo analisar essa complexa interação, com ênfase no papel histórico da Igreja Católica como agente de caridade e assistência social e sua relação com o Estado. A problemática central deste estudo reside na análise de como as práticas de caridade, inicialmente religiosas, foram transformadas em políticas públicas de assistência social e como essa transição influenciou as funções e responsabilidades do Estado e da Igreja. Teoricamente, a pesquisa fundamenta-se em autores que discutem a história social e política da caridade e da assistência social, como Michel Foucault, que aborda a questão do biopoder e as formas de controle social, e Pierre Bourdieu, que analisa o capital social e as relações de poder nas instituições. Também serão considerados os trabalhos de historiadores que exploram a evolução das políticas de assistência social e a influência da Igreja, como Duby. A metodologia adotada será qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo buscará compreender como a Igreja Católica tem adaptado suas práticas de caridade frente às políticas públicas contemporâneas, identificando continuidades e rupturas em sua atuação. Portanto, este trabalho pretende contribuir para a compreensão das relações históricas entre Igreja Católica, caridade e Estado, destacando a importância dessas instituições na formação e desenvolvimento das políticas de assistência social. A investigação busca oferecer uma visão abrangente e crítica sobre como essas relações moldaram as práticas de assistência e proteção social ao longo do tempo, proporcionando subsídios para reflexões futuras sobre o papel das instituições religiosas e estatais na promoção do bem-estar social.

Palavras-chave: Igreja Católica. Caridade. Assistência Social. Políticas Públicas.

4 O Cristianismo político como instrumento da extrema direita na contemporaneidade brasileira

Elisaura de Fátima Martins Carrijo (UFG)

Resumo: Peter Berger já afirmava no final do século XX que o mundo hoje é tão ferozmente religioso quanto antes, distanciando assim a visão do desencantamento do mundo emoldurado de forma preponderante por Max Weber na modernidade. Realidade está que assistimos no Brasil contemporâneo, onde a política e a religião caminham entrelaçadas nos contextos sociais. Observamos nas décadas iniciais do século XXI a volumosa participação religiosa na política, nacional e internacionalmente, e uma intensa inter-relação com os partidos da extrema direita, os quais passaram a utilizar a religião como um instrumento de conquista de adeptos, eleitores e simpatizantes. Diante disto, verificamos o crescimento das candidaturas do Cristianismo político, os quais se apresentam como o grupo de cristãos, dentre eles protestantes, católicos, pentecostais, neopentecostais, os quais se identificam por se encontrarem inteiramente arraigados à política, de forma extrema e reacionária, atuando de forma veemente nas pautas conservadoras e em defesa dos princípios morais, em conjunto com a ascensão de governos, candidatos e apoiadores da extrema direita. O presente paper tem como objetivo analisar a intensificação da presença dos Cristãos na política e sua interligação com a extrema direita na contemporaneidade. Para tanto utilizaremos como fontes: pesquisas do ISER e pesquisa - Candidaturas com identidade religiosa crescem 225% em 24 anos – Agência Brasil. Buscaremos através de uma abordagem bibliográfica e documental avaliar o crescimento do Cristianismo político e sua instrumentalização pela extrema direita nas eleições municipais de 2020 e 2024, delimitando assim, o recorte temporal.

Palavras-Chave: Cristianismo; política, extrema direita; eleições municipais.



5 A eleição dos inimigos: as conexões entre a Igreja Universal e a política partidária no Brasil (2016-2022)

Wilson Corrêa Borges (UEG)

Resumo: As práticas teológicas adotadas pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de combate aos demônios e de cura espiritual vai ao encontro das estratégias políticas da nova direita que identifica e ataca os inimigos, a exemplo dos ideais associados à esquerda e da ideia do comunismo. Assim a IURD no Brasil (2016-2022) e a nova direita se alimentam dos valores e conceitos pregados via práticas políticas autoritárias que responsabiliza o indivíduo por sua própria condição de pobreza e, também, por sua prosperidade econômica. Neste contexto, a IURD transita pelo centro de poder político-partidário, conquistando a simpatia dos grupos sociais mais pobres, de segmentos da classe média, bem como de profissionais liberais e do agronegócio, ecoando com sucesso seu discurso da teologia da prosperidade. Existe uma ligação da Igreja Universal com o sistema político partidário brasileiro, pois seus apoiadores diretos e indiretos no Congresso Nacional estão filiados a partidos políticos. O partido Republicano é um braço de apoio da IURD no Congresso Nacional e existe um espaço político em construção no Poder Legislativo. Nos últimos anos, o encontro da IURD com o bolsonarismo revela um projeto político de ocasião, pois aproveita-se do discurso neoliberal autoritário do bolsonarismo para transitar com desenvoltura no campo político-partidário da nova direita. Por outro lado, a IURD, em que pese os pontos em comum com o bolsonarismo, parece preparada para construir uma aproximação política com a esquerda, sem perder seus laços identitários com o bolsonarismo, por meio de apoio político ao lulopetismo.